

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.360 - PB (2020/0258568-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DA PARAÍBA  
**PROCURADOR** : CARLOS ARTHUR DE ALMEIDA BAPTISTA FERREIRA  
PEREIRA - PE022222  
**AGRAVADO** : UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
**ADVOGADOS** : THIAGO ARRAES ALVES LIMA - PE026489  
THALES LINHARES DE AZEVEDO - PB014790  
MARINA TORRES COSTA LIMA - PB019150

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DA PARAÍBA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

MANDADO DE SEGURANÇA UEPB UNIVERSIDADE DOTADA DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA REPASSE DO DUODÉCIMO A MENOR PELO EXECUTIVO VALOR FIXADO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA INOBSERVÂNCIA MONTANTE REPASSADO NOS TERMOS DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO IMPOSSIBILIDADE ESTRITO CUMPRIMENTO A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIFICULDADE FINANCEIRA PARA ADIMPLIR DÉBITO CONSTITUCIONAL DIREITO LÍQUIDO E CERTO REVELADO VALORES PRETÉRITOS ESTRITO EFEITO FINANCEIRO RETROATIVO MARCO INICIAL DATA DA IMPETRAÇÃO PERÍODOS ANTERIORES ÓBICE LEGAL INVIABILIDADE NATUREZA DA AÇÃO MANDAMENTAL INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 269 E 271 DO STF CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 493 do CPC, no que concerne à perda superveniente do objeto do mandado de segurança, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

22. O Egrégio TJPB ignorou o acima exposto, ao determinar o pagamento de valores referentes ao orçamento do ano de 2017, que já se exauriu, muito embora o Estado da Paraíba tenha promovido todos os repasses a UEPB em absoluta harmonia com

o estabelecido na r. Decisão liminar proferida pela Eminente Desembargadora Relatora.

23. É certo que o orçamento do exercício de 2017 já foi plenamente esgotado, encerrando sua eficácia em 31 de dezembro de 2017, de forma que o pleito formulado originariamente em sede de mandado de segurança restou prejudicado desde a mencionada data, ante a perda superveniente do seu objeto (fl. 409).

26. Vê-se, assim, que o Egrégio TJPB não poderia ter proferido o acórdão ora recorrido para determinar o repasse de valores de duodécimos relativos ao exercício de 2017, cujo orçamento teve sua eficácia já exaurida desde 31 de dezembro de 2017, pois houve a perda superveniente do objeto do presente mandado de segurança.

27. Ao deixar de pronunciar a perda superveniente do objeto do presente mandado de segurança, o Egrégio TJPB vulnerou a regra encartada ao artigo 493 do Código de Processo Civil (fl. 413).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Inexiste a apontada omissão.

Primeiro que não se evidenciou a perda do objeto, pelo simples fato do exaurimento do orçamento de 2017.

A discussão então estabelecida nos autos, não se esvaiu, porquanto não visa atacar a Lei Orçamentária Anual, mas sim deliberar se os valores repassados a título de duodécimo estariam correto.

Por este fundamento, entendo que o interesse persiste, pois eventual ilegalidade praticada nos repasses subsiste, independentemente da finalização do exercício financeiro.

Afinal, desde a petição inicial o impetrante diz receber a menor, o que, de fato, detectou-se desde a apreciação da liminar.

Naquele momento, entendi como devido o repasse com base na "previsão disposta no Cronograma Mensal de Desembolso disposto no Diário da Justiça de 25.01.2017".

Todavia, esse entendimento, ao ser apreciado no mérito não somente foi mantido, mas também alargado, conquanto se compreendeu que o repasse deveria ir além dos valores disposto no referido cronograma. Eles deveriam ser pautados com base "nos valores praticados no Quadro de Detalhamento de Despesa atrelado à Lei de Orçamento Anual, exercício 2017".

Por conta dessa situação, por si só, evidencia-se que não houve perda de objeto, eis que ao impetrante perdura o direito de agir, para obter o ressarcimento dos valores do duodécimo, conforme

# *Superior Tribunal de Justiça*

decidido no mérito do writ (fl. 336).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente